

O QUE É NEUROÉTICA?

Cinara Nahra

Departamento de Filosofia-UFRN

“O objetivo deste artigo é apresentar o que é a neuroética e suas interações com a filosofia. Discute-se como as recentes descobertas neste campo podem lançar luzes a discussão entre o utilitarismo, representado especialmente por J.S. Mill e a deontologia moral de Kant”

Palavras-chave: neuroética, Kant, Mill, neurociência da ética

Em um artigo publicado em 2002 e intitulado “Neuroethics for the New Millenium”¹, Adina Roskies, filósofa e neurocientista, batiza um novo campo do conhecimento humano para o qual a filosofia, e em especial a ética filosófica, pode dar uma contribuição imprescindível e fundamental. Este campo é a neuroética. Roskies estabelece que o termo neuroética pode ser subdividido em dois subdomínios, a saber a) a ética da neurociência e b) a neurociência da ética.² Roskies explica que a ética da neurociência envolve tanto a elucidação dos princípios éticos que devem regular a prática da pesquisa no cérebro quanto a discussão dos efeitos que o entendimento do funcionamento cerebral podem ter na sociedade. Já a neurociência da ética se refere primariamente ao entendimento da neurobiologia das representações de valor, de raciocínio moral e de comportamento.³ A neurociência da ética pode nos ajudar a responder questões do tipo: a) como as decisões são tomadas no cérebro, b) as decisões éticas são similares ou diferentes de outros tipos de decisões? c) as recentes evidências que sugerem que a emoção tem um papel

¹ Adina Roskies “Neuroethics for the New Millenium” *Neuron* vol 85 (2002):21-28

² Roskies, *A case study of neuroethics: the nature of moral judgement* em Juddy Illes(ed) *Neuroethics, defining the issue in theory, practice and policy* (Oxford: Oxford University Press, 2006)

³ Roskies, “Neuroethics for the New Millenium”, p.27

crucial na moralidade⁴ abalam a visão da ética como sendo fundamentada na racionalidade ou destróem a clássica divisão entre razão e emoção? d) como um melhor entendimento das bases biológicas da cognição moral e do comportamento modifica as teorias ético–filosóficas e como isto pode afetar as nossas noções sobre racionalidade e sua importância para a existência humana.

A idéia aqui é discutir precisamente “se” e “como” as descobertas que estão sendo feitas no campo da neurociência da ética - relativas ao modo como as pessoas efetivamente julgam moralmente e o que se passa em seus cérebros durante estes julgamentos - afetam as teorias filosóficas morais de Kant e Mill no seguintes sentido: se estas descobertas podem corroborar ou não (e até que ponto) o que as teorias de Kant e Mill dizem a respeito de como os seres humanos fazem julgamentos morais.

Um parentese aqui para uma explicação rápida sobre as teorias de Kant e Mill. Kant, Immanuel Kant é um filósofo alemão nascido em 1724 de Königsberg e falecido em 1804. Reza a lenda que Kant nunca saiu de Königsberg, tendo lá vivido sua vida inteira. Kant é um dos expoentes máximos da chamada ética deontológica, ou seja, ética do dever. Sucintamente uma concepção deontológica em moralidade é aquela que está fundamentada em princípios morais que devem ser respeitados, e proibições que são absolutas. O princípio moral que Kant propoem é o chamado imperativo categorico que tem 3 fórmulas. Em uma de suas fórmulas, a segunda, a chamada fórmula da humanidade, Kant estabelece o seguinte “ age de tal modo que voce use a humanidade tanto na tua pessoa quanto na de qualquer outro sempre e ao mesmo tempo como fim e nunca como um meio”. Isso quer dizer, entre outras coisas que para Kant o ser humano deve ser respeitado em sua dignidade e assim certas ações que implicam no uso de seres humanos, ferindo seus direitos e dignidade ainda que seja para atingir objetivos louváveis, não se justificam. Para Kant cada pessoa deve ser sempre considerada como um fim em si mesmo, e assim como sujeita de direitos que são inalienáveis em qualquer circunstancia.

Por outro lado J S Mill é um filósofo ingles, que viveu de 1806 a 1873 e é um dos expoentes máximos do utilitarismo, uma filosofia que define o certo e o errado em função das consequencias da ação, mas as consequencias para todos os

⁴ Roskies refere-se aqui aos trabalhos de Damasio e Greene. Ver Antonio Damasio, *Descartes' Error* (Lodon:Vintage Books, 2006) e Joshua Greene, Brian Sommerville, Leigh E.Nystrom, John M.Darley,Jonathan D.Cohen “An fMRI Investigation of Emotional Engagement in Moral Judgment” Science vol.293 (Sep. 2001): 2105-2108

envolvidos. O utilitarismo é em geral muito mal compreendido , as pessoas acham que uma visão utilitarista é uma visão hedonista ou egoísta ,mas isso é uma total má compreensão do utilitarismo. O utilitarismo estabelece o seguinte :as ações são certas na medida em que produzem a maior felicidade para o maior número de pessoas. O utilitarismo propoem uma maximização da felicidade: a maior felicidade para o maior número. Ele propoem que para que se defina se uma ação é certa ou errada devemos levar em consideração a felicidade de todos aqueles que estão envolvidos diretamente na ação.

Então enquanto a filosofia deontológica de Kant se baseia em direitos e deveres que são absolutos, obtidos a partir do Imperativo categórico, a filosofia consequencialista /utilitarista de Mill estabelece o certo e o errado a partir das consequências das ações⁵.

Voltando aqui, então, a questão da neuroética, e das descobertas que vem do campo da neurosciencia, o que me interessa é discutir e apresentar a vocês o que estas descobertas podem trazer de relevante para as filosofias morais de Kant e Mill. O entendimento de como as pessoas efetivamente fazem seus juízos morais pode servir para que refutemos, ou ao menos repensemos, o que estas teorias nos dizem a respeito do que deve ser certo e o que deve ser errado, do que é moral ou imoral? No caso de que as descobertas venham a mostrar que em algumas situações julgamos de forma consequencialista (modelo de Mill)e em outras julgamos de modo deontológico (modelo de Kant), ou mesmo que há uma competição entre estas duas formas de efetivar julgamentos morais no nosso cérebro, o que poderia ser inferido deste resultado?

Vou discutir isto a partir de um problema filosófico clássico. Um problema colocado em 1967 por Phillipa Foot, conhecido na literatura como “the trolley problem”(o problema do vagão),⁶ .

Resumidamente o “dilema do vagão” é o seguinte: um vagão se descarrilha do trem e está a caminho de atropelar e matar cinco pessoas que estão sobre os trilhos. A única maneira de salvar as cinco pessoas é puxar uma alavanca que irá desviar o

⁵ Para esta discussão ver Marcia Baron, Rhilip Petit and Michael Slote *Three Methods of Ethics* (USA: Blackwell,1997)

⁶ Philippa Foot, “The problem of abortion and the doctrine of double effect” *Oxford Review* vol 5! (1967): 5-15 . Ver também Judith Thomson, “Killing, letting die and the trolley problem”, *The Monist* vol 59 (1976): 204-217 . O problema do duplo efeito tem origem no pensamento de Tomás de Aquino.

trem para os trilhos ao lado, matando ,neste caso, uma pessoa ao invés das cinco. Se voce fosse a pessoa capaz de puxar a alavanca você deveria ou não fazê-lo? A maioria das pessoas dizem que sim, que a alavanca deve ser puxada. Consideremos agora um outro exemplo. Como no caso anterior há um vagão descontrolado prestes a atropelar e matar cinco pessoas. Você agora está próximo a um estranho que é uma pessoas forte e encorpada, em uma ponte acima do vagão e das cinco pessoas. Voce vê o trem se aproximando das pessoas. Neste caso o único modo de salvar o grupo de pessoas é empurrando o estranho de modo que ele caia sob os trilhos, e assim o fazendo ele iria morrer mas o impacto do choque com o vagão faria com que este parasse, salvando assim as vidas das cinco pessoas. Você deveria empurrar o estranho? A maioria das pessoas , neste caso, diz que nós não devemos empurrar o estranho. Hauser⁷, no livro *Moral Minds* , afirma que baseado em uma amostra de muitos milhares de pessoas fazendo o teste, aproximadamente 90% disseram que é permissível desviar o vagão enquanto apenas 10% disseram que é permissível empurrar o homem da ponte. ⁸. A questão filosófica interessante diz respeito a motivação da ação e a motivação para o julgamento moral O que faz com que as pessoas respondam “sim” no primeiro caso (que devemos puxar a alavanca) e “não” no segundo (que não devemos empurrar o homem)?

Antes de entrar nesta questão quero dizer que há um sentido não-trivial aonde a filosofia moral de Kant poderiaser colocada a prova a partir destes estudos. Neste caso, o que ameaçaria a teoria kantiana é a constatação de que 90% das pessoas admitiriam que é certo desviar o vagão, matando uma pessoa ao invés de cinco. Se é assim, as intuições básicas das pessoas sobre o certo ou errado não corroborariam, ao menos neste caso, o que nos diz o imperativo categórico no sentido de que as pessoas devem ser tratadas sempre como fim e nunca como meio. Porque ? Porque a morte de uma pessoa para salvar cinco, mesmo sendo consequência de um duplo efeito, seria a

⁷ Marc Hauser, *Moral Minds* ((USA: Little Brown,2006) p.112

⁸ Ver Greene and others “An fMRI investigation of emotional engagement in moral judgements”. Ver também Hauser, *Moral Minds* , p.128 aonde ele afirma que baseado em uma amostra de muitos milhares de pessoas fazendo o teste, aproximadamente 90% disseram que é permissível desviar o vagão enquanto apenas 10% disseram que é permissível empurrar o homem da ponte. Porém 70% dos entrevistados não conseguiram justificar a diferença nas respostas. Entre as justificativas consideradas pelos pesquisadores como insuficientes algumas respostas incluíam o apelo a Deus, emoções, regras deontológicas, consequências utilitaristas e outras, enquanto que entre as repsotas consideradas suficientes quase a metade mencionou algum aspecto do princípio do duplo-efeito (não é permissível intencionalmente usar o homem forte para salvar as cinco pessoas) enquanto outros focalizaram na distinção entre dano pessoal e impessoal.

princípio vista como imoral quando aplicamos o imperativo categórico. O fato de que 90% das pessoas não vejam assim, sugeriria que a concordância entre o senso comum e a teoria moral⁹ de Kant no que diz respeito ao julgamento moral, poderia ser colocada a prova. Assim sendo, a filosofia kantiana estaria, de certo modo em questão, porque os julgamentos morais do senso comum sobre o que é certo ou errado não coincidiriam com aqueles que Kant através do imperativo categórico classificaria como sendo certos ou errados. Isto não refutaria a teoria kantiana mas a enfraqueceria epistemologicamente já que Kant pressupõem uma certa concordância entre o senso comum e as prescrições do Imperativo Categórico ao menos em termos de julgamento sobre o que seja certo e errado.

Seria necessário, então, investigar quais são os elementos presentes no julgamento comum que não estão presentes na teoria kantiana e nossa hipótese de investigação é a de que esse elemento seja precisamente o elemento utilitarista, que está definitivamente ausente na filosofia moral kantiana.

Caberia então a investigação sobre até que ponto as pessoas usam critérios utilitaristas nos seus julgamentos morais e se, assim sendo, não seria filosoficamente promissor o estabelecimento de um diálogo teórico maior entre a filosofia moral kantiana e as filosofias consequencialistas, especialmente o utilitarismo.

Aqui cabe mais uma vez analisarmos resultados de pesquisas que estão vindo do estudo de como a mente humana toma decisões morais e o que se passa na mente no momento em que se dá o processo decisório. Greene (Joshua Greene) que trabalha com filosofia e psicologia ¹⁰ estabelece como hipótese que há uma diferença entre dilemas morais “pessoais” e “impessoais”. O dilema do vagão seria assim, impessoal, enquanto que o dilema da ponte seria pessoal. A diferença seria a de que no segundo caso há um envolvimento pessoal (empurrar diretamente alguém de uma ponte) que não existe no primeiro caso (apertar um botão). Ainda segundo Greene foram descobertas nas pesquisas utilizando fMRI (funcional magnetic resonance imaging) (que é uma técnica pra medir a atividade cerebral) que as áreas do cérebro associadas

⁹ O pressuposto kantiano na primeira seção da GM denominada “transição do conhecimento moral da razão vulgar para o conhecimento filosófico” é a de que o senso comum, sem qualquer educação filosófica, sabe já o que é certo e o que é errado. Haveria assim uma concordância entre os ditames do Imperativo categórico e a razão vulgar, no sentido de uma concordância entre o conhecimento moral vulgar e o conhecimento filosófico

¹⁰ Joshua Greene, Leigh Nystrom, Andrew Engell, John Darley “The neural bases of cognitive conflict and control in moral judgement” *Neuron* vol.44 (Out 2004): 389-400

com a emoção e cognição social exibiram muito maior atividade quando os participantes consideraram dilemas morais pessoais, enquanto as áreas cognitivas do cérebro, associadas com o raciocínio abstrato apresentaram muito maior atividade quando os participantes consideraram dilemas morais impessoais. Os autores também testaram o que eles chamam de “dilemas morais pessoais difíceis” como o “the crying baby case” aonde as pessoas devem decidir entre apertar a boca de um bebê para que ele morra ou ver um grupo de pessoas (incluindo o bebê) ser morta por soldados inimigos. Neste caso, uma violação moral pessoal é necessária (como no caso do dilema de empurrar o homem da ponte) para a obtenção de um bem maior (salvar maior quantidade de vidas ameaçadas). Segundo Greene escreveu ¹¹ num texto chamado as bases neurais do conflito cognitivo e controle no julgamento moral, (cito)

“Os resultados apresentados aqui e previamente sugerem uma sintética visão do julgamento moral que reconhece o papel crucial da emoção e da cognição. Nossos prévios resultados de neuroimagem e comportamento sugeriam que as respostas emocionais levam os indivíduos a desaprovar violações morais pessoais. As presentes descobertas sugerem que o processo de controle cognitivo pode contrabalançar e superar as respostas emocionais, favorecendo as violações morais pessoais quando os benefícios contrabalançam os custos. Então, ambos, processos emocionais e cognitivos parecem ser cruciais na produção de padrões de atividades neurais e comportamento observados nestes experimentos.” (fecho citação)

A proposta interpretativa de Greene¹² é a de que a tensão entre as perspectivas utilitaristas e deontológicas em filosofia moral refletem uma tensão fundamental maior que está na estrutura do cérebro humano. As respostas sócio-emocionais que herdamos de nossos ancestrais primatas, moldadas e refinadas pela cultura, sustentam as proibições absolutas que são tão centrais no pensamento deontológico. Por outro lado o cálculo moral que define o utilitarismo se torna possível pelas estruturas mais recentemente desenvolvidas no lóbulo frontal que suporta o pensamento abstrato e o alto nível de controle cognitivo. Segundo Greene, esta abordagem do problema Mill X Kant é ainda especulativa, mas teria a ironia implícita de que a abordagem racionalista kantiana da filosofia moral é, curiosamente, fundamentada não em

¹¹ Ibid., p. 397

¹² Ibid., p. 398

princípios da razão pura mas em uma série de respostas emocionais que seriam posteriormente racionalizadas¹³.

É necessário que investiguemos o diálogo que se abre entre as filosofias de Mill e Kant, a partir das descobertas da neuroética. Se estão corretos os estudos de Greene que apontam no sentido de que a tendência humana é desaprovar as violações morais de ordem pessoal, ou seja, raciocinaríamos de modo deontológico na maioria das vezes ao mesmo tempo em que tenderíamos a aceitar estas violações quando os benefícios ultrapassam em muito os custos, poderíamos talvez escutar a voz do senso comum nos dando uma boa indicação de que o caminho para o estabelecimento de uma teoria da moralidade eficiente no sentido de guiar os seres humanos a respeito do que eles devem ou não fazer, esteja talvez a meio caminho entre as teorias de Kant e Mill, no diálogo entre estas duas teorias morais. A minha hipótese, é a de que há um espaço para evolução e transformação em moralidade que na maioria das vezes - mas não sempre - está relacionada com a evolução científica e tecnológica, ao mesmo tempo em que existe um núcleo duro da moralidade que é e deveria ser universal, guiando as ações humanas através do tempo e das culturas. As respostas dadas pelas pessoas nos dilemas morais pesquisados nos dariam um bom indicativo de que a maioria dos seres humanos acreditam que devemos, por exemplo, nos abster de causar dano aos outros e devemos valorizar a vida de um modo tal que não devemos matar outros seres humanos nascidos a menos que nos defrontemos com circunstâncias muito especiais e extremas. Me parece porém, e esta é minha hipótese de trabalho, que estas condições específicas e extremas, são e podem ser também universalmente estabelecidas, e caberia, então, a investigação sobre que condições seriam estas. Teríamos assim uma moral universal estabelecida a partir de uma combinação de elementos deontológicos e utilitaristas.

¹³ Ibid., p.398